



## **A NOSSA ÁGUA, O NOSSO DIREITO, COLIGAÇÃO DE ÁFRICA** **DECLARAÇÃO DE POSIÇÃO**

13 de outubro de 2021

Nós, os representantes das organizações da sociedade civil e dos ativistas laborais que trabalham em prol da justiça da água em todo o continente africano, opomo-nos à privatização da água em África, sob todos os pretextos.

Em reconhecimento da semana de ação contra a privatização da água em África, de 11 a 15 de outubro, fazemos as seguintes declarações:

- ◆ Como declarado pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (ONU), "O direito à água insere-se claramente na categoria das garantias essenciais para assegurar um nível de vida adequado, particularmente porque é uma das condições mais fundamentais para a sobrevivência."<sup>1</sup>
- ◆ A água, as instalações e os serviços hídricos devem ser acessíveis a todos - de acordo com a ONU, o custo da água não deve exceder 3% do rendimento familiar.<sup>2</sup>
- ◆ A água potável é um direito humano e os governos de todo o continente deveriam de ter isso em conta.
- ◆ A água nunca deve ser controlada por empresas ou gerida com fins lucrativos, especialmente em detrimento das pessoas.
- ◆ Os governos devem cumprir com a sua obrigação, e fazer tudo o que estiver ao seu alcance de modo a proteger esse direito, que afinal de contas, é um direito pertencente a todas as pessoas.
- ◆ A falta de acesso à água tem graves implicações para as comunidades menos privilegiadas, para as mulheres e raparigas, e para os mais vulneráveis da nossa sociedade.
- ◆ Segundo a UNICEF e a Organização Mundial de Saúde, 2,2 bilhões de pessoas - muitas delas em África - não têm acesso a serviços de água potável, enquanto que quase o dobro desse número não tem acesso a serviços de saneamento seguros.<sup>3</sup> Isto leva a que milhões de pessoas adoçam. Esta é uma realidade trágica.
- ◆ A privatização, sob todos os pretextos, mina consistentemente a capacidade dos menos privilegiados de acederem a estes serviços e não resolve as questões de acesso à água.
- ◆ A promoção da privatização pelo Grupo do Banco Mundial tem vindo a dar uma alavanca às empresas para se apoderarem do controlo dos sistemas e recursos hídricos de que a maioria dos africanos depende. Isto é prejudicial para o povo.
- ◆ Concordamos com o Dr. Gro Harlem Brundtland, antigo Director-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), e com Sérgio Vieira de Mello, antigo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que "O direito à água dá a todos o direito a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível, e a preços acessíveis, e deve ser desfrutado sem discriminação e igualmente por mulheres e homens."<sup>4</sup>

<sup>1</sup> United Nations Committee on Economic, Social and Cultural Rights, General Comment No. 15, 2003

<sup>2</sup> United Nations, Global Issues: Water, <https://www.un.org/en/global-issues/water>

<sup>3</sup> World Health Organization and UNICEF, "Progress on drinking water, sanitation and hygiene: 2000-2017: Special focus on inequalities," 2019

<sup>4</sup> *The Right to Water*, World Health Organization, 2003, pg. 3

- ◆ As mulheres, as comunidades excluídas e os vulneráveis devem fazer parte dos processos de tomada de decisão que procuram aumentar o acesso à água e abordar as desigualdades políticas, sociais e económicas inerentes ao atual esquema de coisas.

## **Lançamos, por este meio, os seguintes apelos:**

### **Aos Estados africanos**

- ◆ Rejeitar às empresas qualquer forma de controlo da água e privatização dos serviços hídricos, incluindo a cooperação através das "parcerias público-privadas."
- ◆ Cumprir com a sua obrigação de respeitar, proteger e cumprir o direito humano à água para todas as pessoas, dando prioridade a um investimento público robusto, assegurando uma participação pública significativa na governação da água (com particular ênfase nas perspetivas daqueles que tipicamente ficam de fora da tomada de decisões, nomeadamente as mulheres, os baixos rendimentos, e as comunidades rurais), e a consagração do direito humano à água na lei.
- ◆ Respeitar e proteger a subsistência dos trabalhadores, assegurando condições de trabalho seguras, proteção contra retaliações por apresentarem queixas, investimento em salários e pensões que levam em conta o serviço público que estes trabalhadores prestam todos os dias.
- ◆ Resistir à pressão das instituições financeiras internacionais, empresas privadas de água, e outros atores financeiros que têm como objetivo a comercialização do sector da água e, assegurar o acesso universal à água potável, independentemente da capacidade de pagamento.
- ◆ Proibir que os funcionários públicos ocupem cargos na indústria privada da água durante 10 anos (anteriores e posteriores ao seu mandato no sector público), para evitar uma porta giratória (a contratação de ex-funcionários do governo por empresas privadas com as quais tinham relações quando trabalhavam para o governo), ou um conflito de interesses.

### **Para as Empresas Privadas de Água**

- ◆ Parar todas as tentativas de privatização dos sistemas hídricos de África, inclusive através das chamadas "parcerias público-privadas," pois constituem uma ameaça direta ao nosso direito humano à água.
- ◆ Reverter o controlo de todos os contratos e bens privados de água existentes para o sector público.
- ◆ Retirar quaisquer constrangimentos legais existentes contra os Estados por decisões tomadas no interesse público e descontinuar a utilização ou ameaça de ação de resolução de litígios entre investidores e Estados (ISDS), uma vez que prejudica a soberania do Estado e a capacidade de regulamentar no interesse do público.
- ◆ Desistir de minar o direito humano à água através de acordos à porta fechada com os Estados.

### **A Instituições Financeiras Internacionais e Bancos e Agências de Desenvolvimento Multilateral/Bilateral**

- ◆ Parar de pressionar a privatização, comercialização e financiamento da água nos Estados africanos através de serviços de consultoria, empréstimos e subvenções, ou outros programas.
- ◆ Abandonar todas as empresas privadas de água e acabar com todo o apoio financeiro à indústria privada da água, incluindo através de intermediários financeiros, pois isto representa um grande conflito de interesses.
- ◆ Cessar toda a promoção da privatização da água, incluindo as chamadas "parcerias público-privadas," dado o historial bem documentado da indústria privada da água em matéria de direitos humanos e abusos laborais.
- ◆ Privatização de impostos dos serviços básicos de todas as iniciativas de recuperação relacionadas com a COVID-19 e planos a longo prazo.
- ◆ Parar todos os esforços para impor aos Estados a agenda neoliberal de austeridade, desregulamentação e privatização, em reconhecimento dos impactos devastadores deste modelo na saúde pública, no ambiente, nos trabalhadores e nos direitos humanos.
- ◆ Perdoar a dívida dos Estados que enfrentam crises de dívida, especialmente quando esta dívida está relacionada com empréstimos no sector da água.
- ◆ Deixar de impedir os Estados de aumentar as receitas fiscais necessárias para investir em serviços essenciais e cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos.

## **Aos Organismos Intergovernamentais Regionais**

*A União Africana, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Comunidade Económica dos Estados da África Central, Comunidade da África Oriental e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, entre outras*

- ◆ Fomentar a solidariedade e a colaboração regional através do apoio às Parcerias Público-Público no sector da água e outros serviços essenciais.
- ◆ Intervir quando o direito humano à água está sob ameaça nos vossos estados membros com ações financeiras e diplomáticas.

## **A NOSSA ÁGUA, O NOSSO DIREITO, COLIGAÇÃO DE ÁFRICA**

**African Center for Advocacy**, Cameroon

**Amalgamated Union of Public Corporation Civil Service and Recreational Service Employees (AUPCTRE)**, Nigeria

**Biodiversity and Biosafety Association of Kenya (BIBA)**, Kenya

**Centre de Recherche et d'Action sur les Droits Economiques Sociaux et Culturels (CRADESC)**, Senegal

**Confédération de Syndicats Autonomes du Sénégal**, Senegal

**Corporate Accountability & Public Participation Africa (CAPP)**, Nigeria

**Corporate Accountability**, International

**Génération Eau Claire**, Gabon

**Integrated Social Development Centre (ISODEC)**, Ghana

**Justiça Ambiental Moçambique**, Moçambique

**Public Services International**, International

**Public Utility Workers' Union of Trades Union Congress**, Ghana

**Syndicat National Autonome des Travailleurs de l'Energie et de l'Eau du Cameroon (SYNATEEC)**, Cameroon

**Uganda Coalition for Sustainable Development**, Uganda

**Uganda Public Employees Union**, Uganda

**Union of Kenya Civil Servants**, Kenya

### **Endossado por:**

1for3.org, USA

350 Seattle, USA

Advocacy Coalition for sustainable Agriculture, Uganda

Africa Education Watch, Ghana

Africa Europe Faith & Justice Network (AEFJN), International

African Center for Advocacy, Cameroun

Alliance for Water Justice in Palestine, USA

Amalgamated Union of Public Corporations Civil Service Technical and Recreational Services Employees, Nigeria

Ambiente, Desarrollo y Capacitación (ADC), Honduras  
AMOCA, Moçambique  
ASEED, The Netherlands  
Asha Parivar, India  
Asogapa, Colombia  
Associação UKULA, Moçambique  
Association des Jeunes Volontaires pour l'environnement , Cameroun  
Association For Promotion Sustainable Development, India  
Ayni Institute, USA  
Biodiversity and Biosafety Association of Kenya , Kenya  
Blue Planet Project, International  
Cadre de Concertation sur la Réforme des Services de Sécurité et la Justice (CCRSSJ),  
République Démocratique du Congo  
Center for Sustainable Community Development (SCODE), Vietnam  
Centre for Environmental Justice Togo, Togo  
Centre for Research and Advocacy Manipur , International  
Centro de Jornalismo Investigativo, Mozambique  
Centro di Volontariato Internazionale (CeVI), Italy  
Christian Fellowship and Care Foundation, Nigeria  
Civil Rights Activism Centre (CRAC), South Africa  
CNS, UK  
Codesa, Moçambique  
Comite Ecumenico Para o Desenvolvimento Social - CEDES, Moçambique  
Community Action Works, USA  
Comoserpopayán, Colombia  
Coordination EAU Île-de-France, France  
Corporate Accountability, International  
Corporate Accountability & Public Participation Africa, Nigeria  
Earth Thrive, Europe  
Eau Secours 34, France  
Educar Consumidores, Colombia  
EMPOWER INDIA, India  
End Water Poverty, UK  
Environmental Defender Law Center, USA  
Environmental Rights Action/ Friends of the Earth Nigeria (ERA/FoEN), Nigeria  
Fannie Lou Hamer Institute, USA  
Federacion de Trabajadores del agua Potable del Perú (FENTAP), Perú  
Femmes Côte d'Ivoire Expérience (FCIEX), Côte d'Ivoire

Fenceline Watch, USA  
Firelight Foundation, USA  
Fondation Danielle Mitterrand, France  
Food & Water Action Europe, Europe  
Food & Water Watch, USA  
Foundation for the Conservation of the Earth (FOCONE), Nigeria  
Frente de lucha ambiental Delia Villalba, Uruguay  
Frontera Water Protection Alliance, USA  
Grupo Semillas, Colombia  
GSB, Moçambique  
IDEALSAFRICA, Uganda  
Institute of the Black World 21st Century, USA  
Institute of Church and Society, Ibadan (CCN), Nigeria  
International Movement of Catholic Students (IMCS) Pax Romana, Asia Pacific, The Philippines  
International Movement of Catholic Studnets IMCS Pax Romana Pan African Coordination, Africa  
International Student Environmental Coalition, Cameroon  
Joint Action Front, Nigeria  
Jornal Ikweli, Moçambique  
Jubilee Scotland, UK  
Justiça Ambiental, Moçambique  
Justiça Global, Brasil  
Kalangala District NGO Forum, Uganda  
Katleb Engineering and Building Contractors Ltd, Uganda  
Koyenum Immalah Foundation, Nigeria  
Ladlad Caraga Inc., The Philippines  
Legal Resources Centre, South Africa  
Les Amis de la Terre-Togo, Togo  
Media Alliance, USA  
Municipal Services Project, Canada  
Nataraj Family Foundation, USA  
National African American Reparations Commission, USA  
National Coalition for Education India (NCE), India  
National Fisheries Solidarity, Sri Lanka  
North-East Affected Area Development Society (NEADS), India  
PAIRVI, India  
Participatory Research Action Network (PRAAN), Bangladesh

Peace and Development Projects (PEDEP), Nigeria  
Pittsburgh United, USA  
Possible Futures, The Philippines  
Resource Generation Philly, USA  
Revenue Mobilization Africa (RMA), Ghana  
RIGHTS Foundation, Indonesia  
RISC, Moçambique  
Rural Development Media & Communication, Uganda  
SETEM Catalunya, Spain  
Small Planet Institute, USA  
Social Action International, Nigeria  
Socialist Party, India  
SODECA, Kenya  
Solidaire Network, USA  
South Worcestershire Methodist Churches, UK  
Sudanese Community Malta, Malta  
The Artivist Network, Malaysia  
The Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights, France  
The Karibu Foundation, Norway  
Thubutu Africa Initiatives (TAI), Tanzania  
Transnational Institute, Belgium  
Uganda Coalition for Sustainable Development / East African Sustainability Watch Network,  
Uganda  
UNESCO Inclusive Policy Lab | People of African Descent & the SDGs E-Team, Europe  
Uprooted & Rising Boston, USA  
Walking Water, USA  
Water Citizens Network, Ghana  
Windrose Fund, USA  
Women's Leadership Centre, Namibia  
YOUNG WOMEN DESTINATION, Rwanda